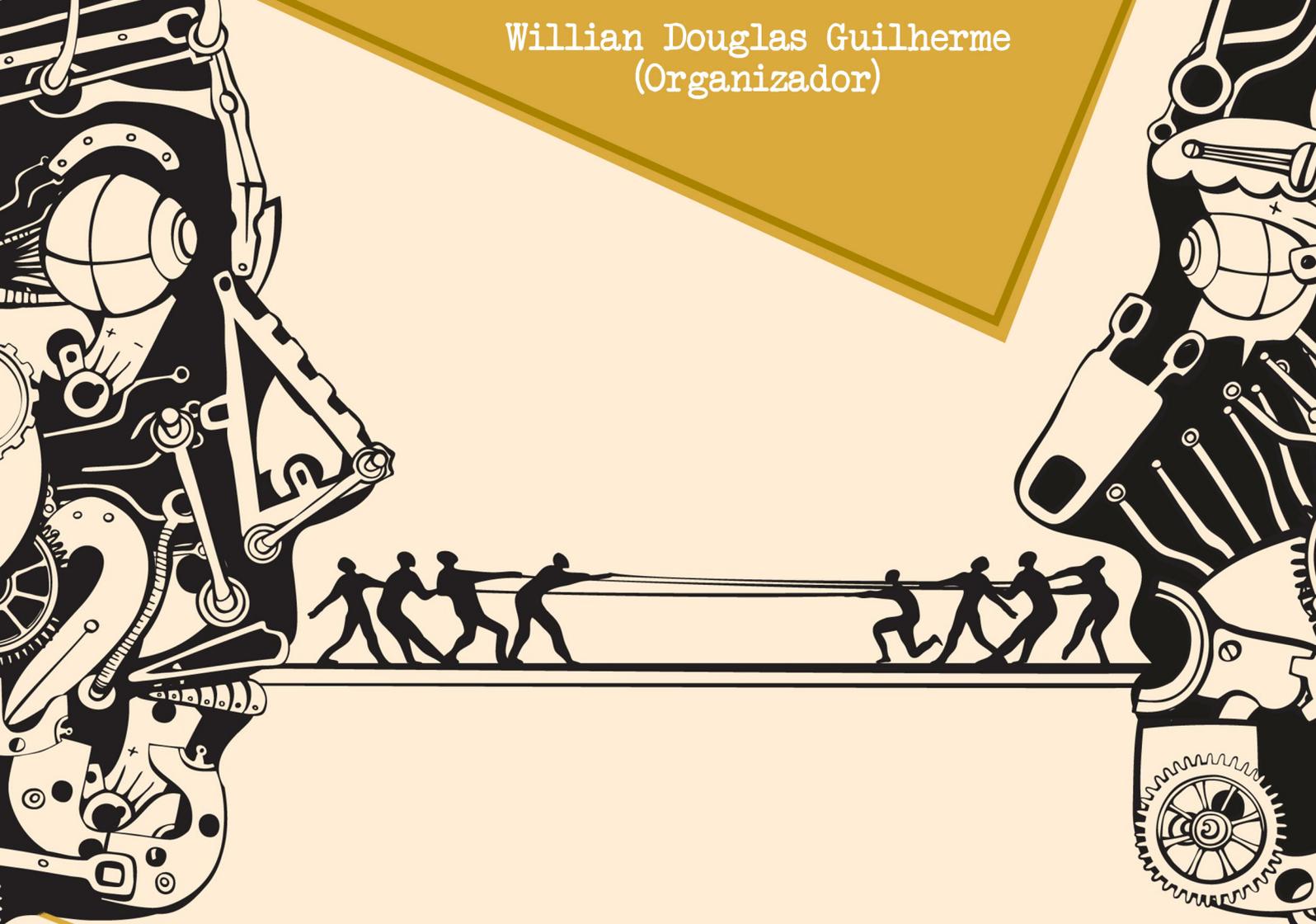


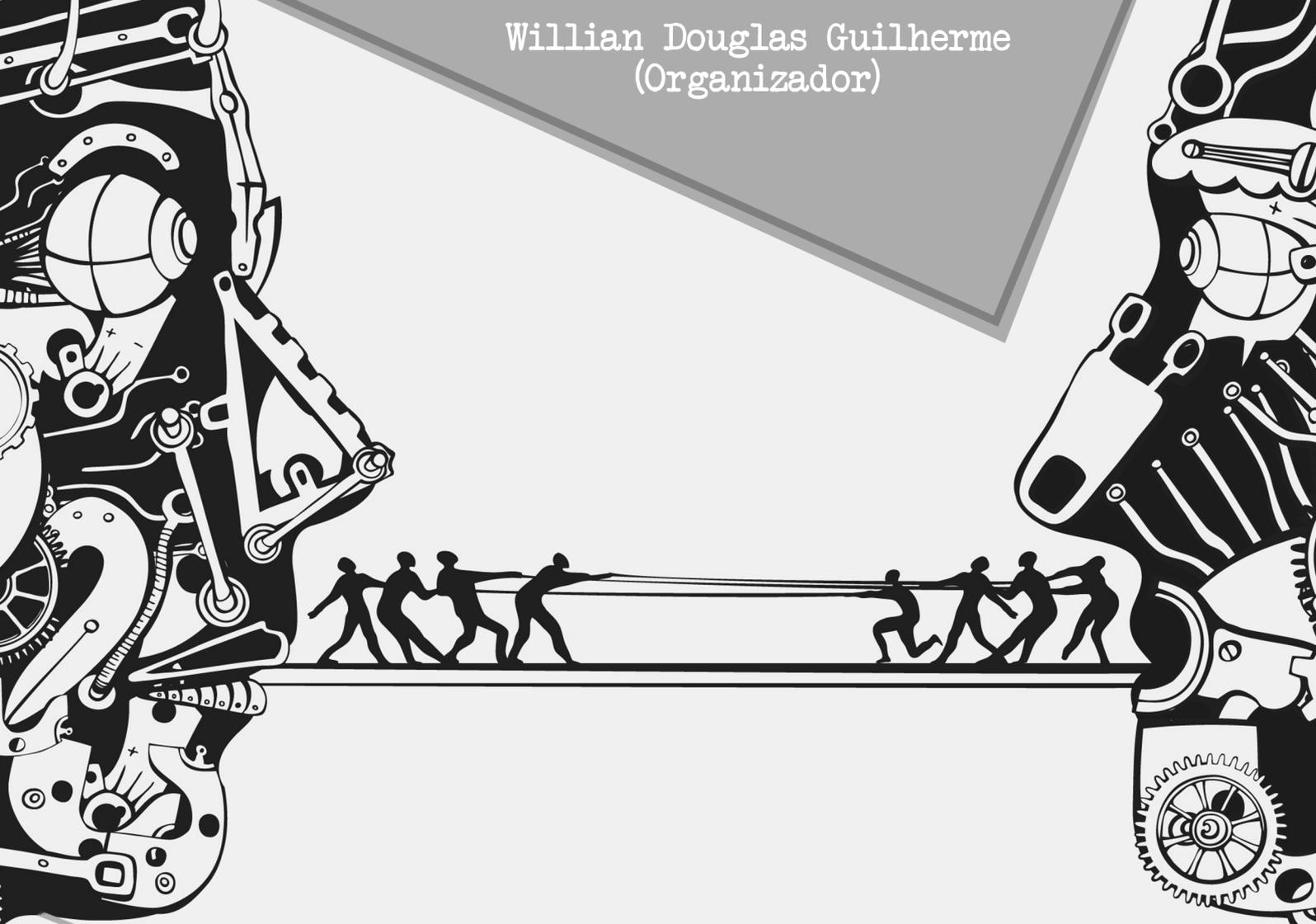
Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Filosofia: Aprender e Ensinar

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Filosofia: Aprender e Ensinar

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F488	Filosofia [recurso eletrônico] : aprender e ensinar / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-683-6 DOI 10.22533/at.ed.836190710 1. Filosofia. 2. Fenomenologia. 3. Indústria cultural. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 142.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Filosofia: Aprender e Ensinar” reúne 13 artigos de pesquisadores de diversos estados brasileiros. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da filosofia aplicada a educação.

Deste modo, a obra traz um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade na filosofia, ensino de filosofia, filosofia e a educação infantil, práticas inclusivas, fenomenologia e indústria cultural.

Vale a penas visitar o índice e percorrer os 13 artigos que nos convidam a um debate crítico e saudável na prática da filosofia e/em/na educação.

Entregamos ao leitor a obra “Filosofia: Aprender e Ensinar” na intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar, por meio do conhecimento e prática filosófica, com a construção de uma educação cada vez melhor.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DISPOSITIVO DO APRISIONAMENTO E O DISPOSITIVO DA INFÂNCIA	
Danyelen Pereira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.8361907101	
CAPÍTULO 2	11
A INTERDISCIPLINARIDADE NA FILOSOFIA: COMO TRABALHAR A CIÊNCIA DA ASTRONOMIA COM A FILOSOFIA PARA AUXILIAR NA REFLEXÃO SOBRE O EU	
Carlos Alexandre do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.8361907102	
CAPÍTULO 3	22
O ENSINO DE FILOSOFIA E O DES-COBRIMENTO DO OUTRO	
Gregory Rial	
DOI 10.22533/at.ed.8361907103	
CAPÍTULO 4	34
FILOSOFIA COM CRIANÇAS? AS ERRÂNCIAS DE UMA DISCIPLINA EXPERIÊNCIA	
Ana Paula da Rocha Silvares	
Edeny Gomes Furini	
Jair Miranda de Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.8361907104	
CAPÍTULO 5	47
“FILOSOFIA COM CRIANÇAS”: POTENCIALIZANDO CURRÍCULOS E COTIDIANOS NAS ESCOLAS	
Cristiane Fatima Silveira	
Giovana Scareli	
DOI 10.22533/at.ed.8361907105	
CAPÍTULO 6	63
COM AS CRIANÇAS, O DELÍRIO DO VERBO: TECENDO DIÁLOGOS E POESIAS	
Ana Isabel Ferreira Magalhães	
Cristiana Callai de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.8361907106	
CAPÍTULO 7	77
(DES)VELANDO E (RE)SIGNIFICANDO DE SENTIDOS PARA UMA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA ATRAVÉS DA BRINQUEDOTECA HOSPITALAR	
Ana Karyne Loureiro Furley	
Hiran Pinel	
Vera Lúcia de Oliveira	
Vitor Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.8361907107	
CAPÍTULO 8	88
ATELIÊ DE ESCRILEITURAS CONATUS	
Josimara Wikboldt Schwantz	
Carla Gonçalves Rodrigues	
Ana Paula Freitas Margarites	

DOI 10.22533/at.ed.8361907108

CAPÍTULO 9	97
FAVELA E ONG – PRÁTICAS PARA ALÉM DO MEDO E DA ESPERANÇA	
Renata Tavares da Silva Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.8361907109	
CAPÍTULO 10	110
A SUBJETIVIDADE COMANDADA E A JUSTIÇA INSTITUÍDA	
Márcia Bárbara Portella Belian	
DOI 10.22533/at.ed.83619071010	
CAPÍTULO 11	122
DEUS, JUSTIÇA E A LINGUAGEM DO AMOR ÉTICO EM EMMANUEL LÉVINAS E HERCULANO PIRES	
Rogério Luís da Rocha Seixas	
Edson Santos Pio Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.83619071011	
CAPÍTULO 12	132
FENOMENOLOGIA DO ROSTO EM EMMANUEL LEVINAS	
Abimael Francisco do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.83619071012	
CAPÍTULO 13	143
NOTAS PARA PENSAR A INDÚSTRIA CULTURAL NA ERA DIGITAL	
Deborah Christina Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.83619071013	
SOBRE O ORGANIZADOR	154
ÍNDICE REMISSIVO	155

NOTAS PARA PENSAR A INDÚSTRIA CULTURAL NA ERA DIGITAL

Deborah Christina Antunes

Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte. Fortaleza – CE

RESUMO: Desde uma perspectiva crítica inspirada na primeira geração da Escola de Frankfurt, objetivamos refletir o conceito de Indústria Cultural hoje. Nosso mote é o surgimento de tecnologias digitais, a Internet e redes sociais virtuais que se apresentam como soluções democráticas para a comunicação contemporânea. O surgimento de novas mídias colocaria por terra o conceito adorniano? Partindo da ideia da Indústria Cultural como sistema, conforme caracterizaram Adorno e Horkheimer (1985), defendemos a hipótese de que, longe de se tornar obsoleto, este conceito deve ser atualizado a partir do reconhecimento de que esse sistema é permanentemente ampliado dentro do campo científico e técnico da lógica da dominação no capitalismo e suas formas de produzir-se e reproduzir-se. As novas tecnologias de comunicação aparecem como novas extensões do sistema que se complexifica e amplia, de acordo com as técnicas mais avançadas disponíveis, dentro de um processo de permanente busca de controle e radicalização da administração da sociedade. Apesar de parecer possibilitar o avanço da participação democrática na esfera pública,

reconhecê-la como Indústria Cultural nos ajuda a realizar uma crítica radical e política, a partir da qual podemos vislumbrar possibilidades de superação da sociedade capitalista, revelando seus aspectos ideológicos de produção e reprodução de si mesma. Não se trata de considerar a dominação como um estado total – embora totalitário – e irreversível, mas de mostrar como ela ocorre, seus mecanismos objetivos e subjetivos e ideologias, revelando que é exatamente sua renovação constante a peça chave para compreender sua necessidade de atualização para conseguir manter o controle. **PALAVRAS-CHAVE:** Indústria Cultural; Novas mídias; Política.

NOTES TO THINK THE CULTURAL INDUSTRY IN THE DIGITAL AGE

ABSTRACT: From a critical perspective based on the first generation of the so-called Frankfurt School, this paper aims to reflect the concept of Cultural Industry in the present time, and has as motto the emergence of digital technologies, the Internet and virtual social networks. From the idea of Cultural Industry as a system, as characterized by Adorno and Horkheimer in “Dialectic of Enlightenment”, we defend the hypothesis that, far from becoming obsolete, this concept must be actualized from the amplification of its system within the Scientific and technical

domination logic in capitalism. New communication technologies appear in this way as new extensions of the system akin to the most advanced techniques available, within a process of radicalization of the administration of society. Despite it appears to make the advance of democratic participation in public sphere possible, recognizing it as Cultural Industry helps us to realize a radical critique, from which we can glimpse possibilities of overcoming capitalist society, by revealing its ideological aspects of production and reproduction of itself. It is not, therefore, a question of considering domination as a total - though totalitarian - and irreversible state, but of showing how it occurs, its objective and subjective mechanisms and ideologies, revealing that its constant renewal is the key to understanding its necessity to maintain control.

KEYWORDS: Cultural Industry; New media; Politics.

De dentro de um campo de estudo específico do pensamento sobre a sociedade no Brasil, a ideia de Indústria Cultural tem sido questionada em diferentes frentes. Como um campo de disputa de saberes sobre os grupos, as comunidades e as massas, posicionamentos diversos, dentre os quais os positivistas, marxistas e pós-estruturalistas aderem à mera terminologia estática e superficial do nome “Indústria Cultural” para não compreendê-la. Enquanto alguns consideram a Indústria Cultural literalmente como uma “fábrica” de produtos culturais que influenciam – via modelagem – o comportamento dos grupos, outros apelam para a origem supostamente europeia do termo, que nada teria a dizer sobre a realidade específica do Brasil ou da América Latina. No primeiro caso, o termo parece ser aceito e fixado. Pode, assim, ser utilizado proveitosamente para realização de experimentos que medem seu suposto grau de influência nas interrelações. No segundo caso, a recusa em reconhecer a importância da reflexão sobre Indústria Cultural no Brasil impede que se avance seja no conhecimento sobre aquilo que, de fato, o conceito se refere, seja na crítica a ele. “Não se aplica a nossa realidade” e “Nunca vi um psicólogo trabalhar com isso em comunidades” aparece como a “crítica” mais avançada que se consegue elaborar – denunciando o caráter pragmático/utilitarista que buscam, ainda que dentro de um escopo de tensionamento de práticas vazias. Em outro extremo, embora atentos às formas como o sistema capitalista – através do desenvolvimento tecnológico avançado – exerce controle sobre corpos e produz subjetividades, alguns pensadores do contemporâneo encontram dificuldade em compreender que Indústria Cultural é mais do que uma mídia específica, rádio, televisão ou cinema. Sendo estes novos tempos, com novas mídias, estaria ultrapassado na medida em que aplicar no aqui e agora um conceito derivado de análises realizadas na época de ouro do rádio seria anacronismo. De certo modo, a acusação de anacronismo (por motivação espacial ou temporal) une os ataques ao conceito de Indústria Cultural. Em comum, além da falta de aprofundamento no conceito, esses dois pontos de vista também deixam entrever o incômodo que uma crítica radical que denuncia o engodo a que estamos todos submetidos pode causar – esse incômodo acaba por

gerar a busca imediata por possibilidades de otimismo no presente. Isso também denuncia a incapacidade geral de imaginar o não existente.

Ao mesmo tempo em que palavras e conceitos precisam ser compreendidos em sua contingência e isolamento, tal isolamento é apenas aparente. Palavras e conceitos se relacionam entre si e com as coisas. A ideia da existência de um conceito supremo e já fixado deriva de um sistematismo avesso ao próprio modo da Teoria Crítica, para a qual o todo é o falso. Indústria Cultural não é um conceito puro racionalista, tampouco um termo técnico em um catálogo ou índice especializado, mas um conceito concreto, devido aos problemas concretos que concentra. As definições que, despretensiosamente, as diversas visões apresentam de Indústria Cultural não são tão despretensiosas como pode parecer, nem mero “erro de leitura” – elas impedem o avanço do próprio pensamento nesse âmbito ao aplicar a tais definições certa determinação essencial, certa divisão normativa. A representação conceitual deve ser delimitada pelos conceitos especificamente opostos, e também assinalada, distinguida entre os objetos do mundo. Só se compreende uma determinada vertente de pensamento quando se entende seus termos. Ao mesmo tempo, seus termos apenas são compreendidos quando se compreende a filosofia da qual faz parte, assim como sua função específica dentro dessa vertente. Por outro lado, os conceitos não se mantêm idênticos ao longo da história - e isso não se dá por suposta negligência, mas o oposto. Mudanças no mundo material, assim como mudanças no pensamento são condições de mudanças nos conceitos em um enlace histórico e social contínuo que mantém, no entanto, seus fundamentos. As explicações sobre o conceito de Indústria Cultural são apenas caminhos, e somente possíveis se mantidas as relações explícitas com o complexo em que as palavras ocorrem. A vida coagulada no termo precisa ser reavivada.

Em 7 de novembro de 2007, foi criada em Macau, China, a Associação de Indústria Cultural de Macau. Em 25 de maio de 2017, surgiu, no mesmo país, a Associação de Indústrias Culturais e Criativas Chiu Yeng. Essas associações estão relacionadas, de modo direto, à abertura econômica da China – em especial à sua associação à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. No ano 2000 o governo chinês utilizou o termo para indicar a necessidade de aperfeiçoar as “políticas das indústrias culturais”, fortalecendo sua gestão e fomentando indústrias relacionadas com a finalidade de acelerar o crescimento econômico do país. A utilização do termo no cotidiano, e sua inclusão no vocabulário da gestão pública, ao mesmo tempo em que opera sua neutralização, modifica-o estruturalmente e arruína sua base crítica. Cria-se uma “definição operacional” do termo: “Oferta de produtos culturais, a comunicação cultural, a fabricação e a venda de bens diretamente relacionados à cultura e ao entretenimento, bem como outros tipos de manufaturas e vendas”, incluindo principalmente “jornalismo, serviços de publicação e imprensa, serviços de direitos autorais, rádio, televisão, filme e artes”, como camada interna, e “internet, lazer e entretenimento e outros serviços culturais” em uma camada

externa. Tal definição operacional visa a explicitar e orientar positivamente um modo de funcionamento a ser seguido e reproduzido. A partir do caso chinês, Robert Hullot-Kentor (2008, p.19) fala da onipresença e da frivolidade do termo: “todos nós sabemos o que ele significa”, diz o norte-americano. A mim, essa afirmação somente pode soar como uma ironia. Saber o que Indústria Cultural significa a partir do caso chinês é não saber aquilo que significou o termo homônimo na *Dialética do Esclarecimento* e, ao mesmo tempo, indicar a obsolescência da crítica. Por outro lado, os chineses conseguem ver o que muitos pensadores críticos não conseguem: a ampliação daquilo que compõe o escopo material da Indústria Cultural: ela está para muito além do rádio, da TV e do cinema, de mídias específicas e temporais. Nela, o todo é maior que a soma das partes. Ao mesmo tempo, sua sistematicidade é dinâmica e adaptável aos avanços do capitalismo e da tecnociência. Daí pensar que as mudanças na ordem da produção e do capital financeiro/imaterial/especulativo indicariam por si só o atraso do conceito é um erro de princípio. Afora isso, a Indústria Cultural jamais ansiou se realizar propriamente enquanto uma “indústria” em seu sentido estrito. Esse termo diz respeito ao tripé formado pelas técnicas de produção, reprodução e recepção, mas não à ideia de que seus produtos são fabricados em moldes industriais – a manutenção de resquícios de manufatura e de uma suposta individualidade e genialidade de seus “artistas” é fundamental para seu funcionamento – antes e agora. O atraso aparente é o rastro da verdade do presente.

A Indústria Cultural constitui, ela mesma, um sistema onde “cada setor é coerente em si mesmo e todos o são em conjunto” (HORKHEIMER & ADORNO, 1985, p.113). Na época da escrita de “O esclarecimento como mistificação das massas”, Horkheimer e Adorno incluíram aqui o cinema, o rádio, as revistas, a publicidade e também a arquitetura e os projetos de urbanização. Num sistema, cada um de seus elementos são interdependentes, ao mesmo tempo em que formam um todo organizado com um objetivo único e comum. Para isso, cada parte desse sistema se comunica com as demais num fluxo de informações constante e ininterrupto. A *administração da sociedade* aparece como aquela finalidade que se quer esconder sob o discurso do entretenimento, da diversão, da comodidade, do agrado ao cliente, da produção de bens e serviços individualizados, da boa vida – embora já não se tenha a pretensão de esconder seu caráter puramente comercial. A tradução intersemiótica exemplifica essa ideia ao explicitar a intenção de traduzir narrativas de plataformas midiáticas diferentes para outras, gerando todo um espectro de produtos nos quais se variam os meios, mas se mantêm os temas e as narrativas. Aos fãs de determinado HQ logo são oferecidos filmes, trilhas sonoras, jogos, brinquedos, roupas e objetos decorativos – e até aplicativos de celular de encontros amorosos específicos ao público categorizado orgulhosamente como “nerd” –, com a sedutora mensagem de que a indústria se preocupa com eles e suas preferências individuais. Mas, tal tradução é apenas um exagero que nos permite ver o modo de integração da Indústria Cultural. Não é necessário manter o tema para que a integração do

conjunto ocorra. A mensagem transmitida está muito aquém e além da mensagem aparente. Aquém, porque se enraíza na forma estrutural, e além na medida em que é abrangente e totalitária. “A unidade evidente do macrocosmo e do microcosmo demonstra para os homens o modelo de sua cultura: a falsa identidade do universal e do particular” (HORKHEIMER & ADORNO, 1985, p. 113-114). Apesar da ideia de individualização que marca a ilusão do consumo de produtos feitos para cada “estilo” e “gosto”, a padronização e a produção em série se faz como o verdadeiro elo entre produto e consumidor, aquilo que os identifica e marca de forma distintiva o chamado sujeito da adequação (MAAR, 2000).

Mas, é ainda necessário lembrar a motivação para a escolha do termo Indústria Cultural pelos autores frankfurtianos. Uma confusão já era, àquela época, recorrente – e ainda persiste: aquela que iguala cultura de massa, e cultura como mercadoria produzida para comércio. E é apenas para estabelecer a diferença e apontar de modo adequado seu objeto, que Adorno (1994) caracteriza a cultura de massa como aquilo que emerge espontaneamente das massas. Indústria Cultural, ao contrário, não é espontaneidade, resultado da sublimação de Eros, do que está além da autopreservação de si e dos seus englobando na construção de laços cada vez mais amplos a união dos corpos e seres no prazer da vida, mas está ligada a propósitos bastante diretos de sobrevivência na escassez e, por isso, da divisão, da ruptura, da separação e do medo. “A indústria cultural não sublima, mas reprime” (HORKHEIMER & ADORNO, 1985, p. 131). É claro que a escassez e o medo que dela advém já não são um princípio de natureza, senão frutos de decisões tomadas de cima para baixo onde a abundância surge como promessa não realizada, na medida em que – em tese – a humanidade já desenvolveu condições materiais suficientes para transformar a vida em sociedade em uma vida livre – o porquê disso não ocorrer precisa ser buscado na racionalidade que enraíza todo esse sistema de conhecimento e produção da realidade. A Indústria Cultural, aquilo que aparece como o mais moderno em termos de cultura – ainda que essa cultura já não se preocupe em eliminar a fome –, ao operar pelo princípio de uma promessa não realizada – onde os consumidores esforçam-se por saciarem-se na leitura de cardápios – preserva o arcaico como força de regressão. Como os tentáculos do capitalismo tardio, a Indústria Cultural adentra a esfera privada da vida para além do mundo do trabalho e transforma tudo em seu tempo e espaço homogêneos. A apreensão da Indústria Cultural é integrada à crítica da economia política – ela é peça-chave (juntamente como a produção das subjetividades que engendra) do mecanismo pelo qual a acumulação capitalista busca se manter e reproduzir. É na mediação da Indústria Cultural que “o capital reconstrói a sociedade como um todo à sua própria imagem” (MAAR, 2000, p. 89). A Indústria Cultural é a forma social do capital. O capital é o princípio da dominação na forma histórica atual.

Adorno percebeu como o ritmo das canções de sucesso de seu tempo preservavam o ritmo da maquinaria industrial, de modo a conservar o trabalhador-

consumidor no compasso do trabalho fabril, e realizando o tempo livre como um apêndice do trabalho. O rádio foi o primeiro agente secreto do capital a fingir-se de amigo dos ouvintes e enredá-los em uma trama da qual jamais se conseguiu sair desde então. A partir daí as máquinas passaram cada vez mais a fazer parte do cotidiano, das casas, dos quartos de dormir, das camas onde, ao lado do travesseiro, colocam sempre à mão os telefones “inteligentes” que hoje são rádio, tv, máquinas de fotografar e escrever, cinema, GPS, academia, agenda – tudo, nada e qualquer coisa que se queira ou necessite para regular ou facilitar a vida que já não se vive. Se o capitalismo é, como Marx já havia compreendido, intrinsecamente incompatível com “formações sociais estáveis e duradouras”, necessitando da “revolução contínua” de suas “formas de produção, circulação, comunicação e construção de imagens” (CRARY, 2016, p. 47), a estas “revoluções” acoplam-se suas formas sociais na versão 3.0 da Indústria Cultural, com as reconfigurações das experiências e percepções próprias a seus novos ritmos, velocidades e intensidades para realização da integração total pela homogeneização. Está claro que há ironia no termo “revolução” aqui utilizado, na medida em que “a inovação no capitalismo consiste na simulação contínua do novo, enquanto na prática as relações de poder e de controle permanecem as mesmas” (CRARY, 2016, p. 49). Não se trata, portanto, de uma época pós-industrial, mas hiperindustrial, “na qual a lógica da produção em massa de repente se alinhou a técnicas que, como nunca antes, combinaram fabricação, distribuição e subjetivação em escala planetária” (CRARY, 2016, p. 60).

Na subjetivação em escala planetária, a semiformação, a produção do sujeito cativo que ama sua cela, do sujeito da adequação que reproduz incessantemente o vigente, não se dá, nesta formação social, por conteúdos ideológicos – e isso já é explícito na análise da Indústria Cultural da década de 1940. Na *Dialética do Esclarecimento*, a Indústria Cultural é denunciada como o modo de mistificação das massas realizado pelo esclarecimento – aquele que no caminho rumo às formas modernas de ciência substituiu sentido e conceito por fórmulas, regras e probabilidades. A reprodução da sociedade desde então se faz através da oferta de “experiências substitutivas” (MAAR, 2000, p. 86), fórmulas de juízos de valor sobre si, sobre o outro e sobre o mundo que bloqueiam a experiência consigo mesmo, com o outro e com o mundo e são reproduzidas como clichês: pensamento de ticket e estereotipia como indicaram Horkheimer e Adorno (1985), onde importa menos o conteúdo do que a supressão da capacidade de julgar – sua finalidade última. Pode-se falar também aqui, em outros termos e no presente, que esse processo se dá por meio de uma “servidão maquínica” em duplo sentido: porque somos tratados maquinicamente (como estatísticas ou big data), e porque somos afetados também de forma maquínica: “não mais influenciados por conteúdos ideológicos ou políticos, de significação ou de sentido, e sim afetados por signos a-significantes (algoritmos, equações, gráficos) que se dirigem não à consciência e à vontade, mas se impõe como modos de semiotização num plano pré-subjetivo” (PERBART, 2013, p. 124), e

onde já aparece borrada a dicotomia homem-máquina – ao menos quando se pensa a máquina como dispositivos que obedecem cegamente a comandos baseados em cálculos. É nesse ponto que está a força do capitalismo: na forma, na estrutura e não em qualquer conteúdo específico facilmente intercambiável para agradar seus clientes. É na forma que se enraíza a racionalidade do sistema e é essa racionalidade a mensagem estruturante das subjetividades que se formam na sua mediação cotidiana e ininterrupta nesta sociedade:

Não é tanto a homogeneidade dos produtos de mídia que perpetua a segregação, o isolamento e a neutralização dos indivíduos, mas os dispositivos compulsórios nos quais esses elementos, assim como muitos outros, são consumidos. O ‘conteúdo’ visual e auditivo é na maioria das vezes um material efêmero, substituível, que além de sua condição de mercadoria, circula para aclimatar e validar nossa imersão nas exigências do capitalismo do século XXI” (CRARY, 2016, p. 61).

Homogeneização e nivelamento é o resultado de uma expropriação em massa do tempo da experiência e da reflexão necessários à práxis.

A quebra da dicotomia homem-máquina já estava prevista na denúncia de sujeitos autômatos, respondentes e reprodutores da lógica vigente. Ela aparece hoje na ciência na mudança nas formas com que se concebe o próprio modo de funcionamento da mente humana e não apenas no acoplamento de dispositivos tecnológicos ao corpo – embora isso se realize como função daquela. Sherry Turkle foi perspicaz ao notar essa transmutação na fala de seus estudantes já na década de 1970 ao discutirem os chamados atos-falhos. Na época do início dos primeiros computadores pessoais, uma estudante de ciência da computação discordou da abordagem freudiana e anunciou que a mente funciona como um computador, transformando “o ato falho freudiano em um erro de processamento de informação” (TURKLE, 2004, s/p). Na mesma direção de toda ciência moderna, ali numa nova área que estava surgindo, explicações em termos de significado se tornaram simples explicações em termos de mecanismo calculado na base do 0 e do 1, dos bits e bytes de computadores - atualmente essa visão ganha espaço como uma forma de neuropsicologia computacional, onde modelos computacionais servem ao entendimento de supostos modos de funcionamento da mente. A psicologia como ciência moderna realiza aqui com voracidade sua inclinação para a técnica em vistas à eficácia – uma eficácia ligada à produtividade e reproduzibilidade do próprio capitalismo e de vidas que a ele se adaptem e sirvam sem reservas - maquinicamente. Para isso, a ideia de experiência e de sentido devem se tornar obsoletas: a real possibilidade de experiência e sentido na mediação técnica, não pode se realizar de outro modo senão daquele que ameaça romper com essa própria forma de mediação. É a isso que ininterruptamente o sistema da Indústria Cultural se opõe – sua função primordial, e a opera de modo a modificar a própria estrutura psíquica e antropológica invariavelmente afetada pela nova linguagem com que é pensada e tornada realidade. A mentira manifesta na ideia de inexistência de sentido, que fora substituído pelo cálculo, realiza sua autodenúncia na realização de que o cálculo

como linguagem é ele mesmo o sentido.

Walter Benjamin (1985) é o nome primeiro que me vem à mente quando penso na pauperização da experiência no contemporâneo. Pensando sobre seu tempo ele prenunciou o que hoje se aprofunda como pobreza da experiência na mediação tecnológica, no declínio da narrativa e sua substituição pelo recorte factual, informativo e mimético, no declínio da memória e sua elaboração pela fixação de imagens desprovidas de historicidade e afetação, na mudez opinativa, que diferentemente do silêncio, acompanha a incapacidade de dizer sobre as coisas na ausência da linguagem que forma pensamentos que vão além do vivido. A distinção entre vivência e experiência é aqui fundamental: o que traduzimos como experiência, vem do alemão “*Erfahrung*”, cujo radical do verbo “*fahren*” opera uma distinção fundamental num modo de experimentar no qual o sujeito “vai”, “viaja” e não permanece o mesmo. *Erleben* aparece, ao contrário, como um “deixar-se” ir – sua distinção é a heteronomia de uma vida onde o que ocorre é dado pelo que está fora e antecipado. A crise da experiência no mundo contemporâneo é denunciada também por Adorno (2003) para o qual a possibilidade de experimentar estava em perigo desde os primórdios da Indústria Cultural na medida em que as subjetividades por ela mediadas são avessas à receptividade do diferente, à abertura, à disponibilidade a algo outro e além do que é freneticamente dado e recolocado. “O sujeito da experiência”, diz Bondia (2002, p. 24), se define “por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura” e sua abertura ao mundo é feita de “paixão, de padecimento, de paciência, de atenção, como uma receptividade primeira, como uma disponibilidade fundamental, como uma abertura essencial”. A paixão, o padecimento, a paciência e a atenção transmutam-se em apaziguamento, agonia, ansiedade e distração numa sociedade em que já não é possível viver sem estar ao mesmo tempo produzindo: seja ao consumir informações, seja ao se colocar a si mesmo como a informação na forma mercadoria do capital – e esse é o único modo de participação na sociedade que nos é permitido na Era Digital – as opiniões que tanto são ostentadas como a prova da qualidade democrática das novas mídias, na medida em que aparecem como meios em que todos podem falar sobre tudo a todo e qualquer momento, nada mais são do que prova do vazio da experiência transformada na mercadoria cibernética da rede.

Essa é a diferença fundamental colocada pelas mídias digitais dentro do sistema da Indústria Cultural e sua relação com o Capital: se na época do advento do rádio, a arte foi transformada e padronizada como mercadoria - e isso já soava como absurdo frente à mercadoria usual como tempo/força de trabalho na fábrica pois invadia a esfera privada da fruição da vida, na Era Digital o que é transformado em mercadoria é a vida em todos os seus níveis e aspectos. Toda e qualquer ação humana é transformada agora em mercadoria assinalando um avanço ainda maior do capital nas esferas da vida privada e pública (se ainda podemos operar com essa dicotomia - na medida em que usamos plataformas virtuais como o Facebook

como espaço público, esquecemos que ele é uma empresa privada e é para essa empresa que produzimos: valor). A inexistência do ócio foi radicalizada e levada às suas últimas consequências. O banco que opera essas transações e guarda seu valor monetário é o *Big data* – não é à toa que a expressão “banco de dados” foi escolhida desde o início da era da informática para nomear a forma/espaço como as informações eram/são reunidas e guardadas. Tudo o que se faz é transformado – com o auxílio da tecnologia digital – em dado e arquivado para fins de controle e mercado. É a filosofia do dataísmo, um “segundo movimento das Luzes” (HAN, 2015, p.66). No primeiro, a estatística - que lidava com o parcial e a amostra – pretendia nos auxiliar a superar o conhecimento mítico pela busca da regularidade. No segundo movimento das Luzes, a transparência aparece como valor pressuposto que nada deixa de fora: “tudo deve ser transformado em dados e em informação” de modo a dar conta do todo e tornar a teoria, que novamente recai sob suspeita de ideologia, supérflua. O *Big data* é o “totalitarismo digital” (HAN, 2015, p. 67). O registro das atividades substitui a necessidade de pensar identidades. No *Big data*, o valor está no reconhecimento de padrões que substituem a ideia de identidade – por demais subjetiva. Padrões são reconhecidos quando se vigia, reúne dados, traça-se gráficos em grande escala, “para em seguida, pela análise do *Big data*, fazer emergir os pontos nodulares que, pela posição e pelo tamanho que suas pastilhas de cor começam a ocupar no diagrama geral, podem ser identificados como ameaças a neutralizar” (CHAMAYOU, 2015, p. 59).

Nossas conexões são analisadas e delas derivadas topografias, nossos mapas topográficos de conexões apresentam nossas relações e ligações com ambientes, indivíduos e grupos – essas análises servem tanto ao mercado, quanto à guerra: “Usando o olho-que-tudo-vê, você pode descobrir quem é importante numa rede, onde eles vivem, quem os sustenta, quem são seus amigos” (CHAMAYOU, 2015, p. 47). Cada um de nós temos padrões de vida, repetimos cotidianamente certas ações, vamos à Universidade ou ao trabalho no mesmo horário, percorremos um mesmo itinerário, encontramos os mesmos amigos e amores. Há também um padrão nos itinerários diferentes. Talvez você vá aos finais de semana na casa da avó, pais ou namorado. O *Big Data* saberá quando você deixou o emprego ou rompeu uma relação assim que você mudar seus caminhos e seu smartphone não estiver mais frequentemente na mesma localização que os de outras pessoas que costumava estar. O *Big data* oferece uma “análise das formas de vida” que funde análise geoespacial e análise de vínculos. Quando alguém sobrepõe seus dados do Facebook, do GoogleMaps (GPS) e calendário, concebe o que é sua vida na prática. Em tempos de paz, esses dados são vendidos por empresas de *Big data* para empresas de produtos e serviços que oferecem seus préstimos a alvos mais certos de modo a reproduzir esse estado de coisas pela via de uma pseudo-individualização e pseudo-liberdade. Em tempos de eleição, servem à manipulação dissimulada dos votos. Em tempos de crise econômica e política, servem à guerra

escancarada. E, na realidade, – em espaços geográficos diferentes – esses três tempos se sobrepõem, sem que um reconheça a existência do outro. A transparência do *Big data* é a opacidade do sistema que, no mais, ninguém consegue compreender no embotamento da experiência que já não percebe a ausência de si mesma.

Ao operar segundo uma racionalidade tecnológica ampliada, o Capital aliena não parte, mas o todo existente - e nisso ele age democraticamente. A própria racionalidade política é cega frente ao que produz sobre si mesma – a análise das formas de vida baseadas no *Big data* não consegue diferenciar uma reunião de um grupo terrorista, de uma reunião comunitária de vilarejos – seus padrões são próximos demais. A alienação política é acelerada e está em todos os campos. Essa é sua fraqueza – o desenvolvimento tecnológico não resulta da força do capitalismo, mas o oposto. A expansão da Indústria Cultural não é índice de sua soberania, mas de sua ineficácia caso deixe de ser prescrita cotidianamente como um remédio controlado cujas doses precisam aumentar de tempos em tempos para conservar seus efeitos. É por isso que a simulação do novo deve ser constante – para constantemente controlar o tempo e as possibilidades de experiência – esta sim impossível de ser apreendida por qualquer dataísmo. O não reconhecimento da Era Digital no âmbito da Indústria Cultural afrouxa a crítica materialista e histórica, des-historiciza o presente e o separa da vida objetiva, sobrepuja seu vínculo com o passado e suprime a possibilidade de modificar o futuro. Reconhece-la como Indústria Cultural possibilita realizar uma crítica radical, a partir da qual pode-se vislumbrar possibilidades de superação, ao revelar seus aspectos ideológicos, racionais e técnicos de produção e reprodução da barbárie.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. A indústria cultural. In: COHN, G. (Org), **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, 1994. _____ . **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: **Obras Escolhidas 1**. Magia e Técnica. Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BONDÍA, J.L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n.19, p.20-28, jan/fev/mar/abr. 2002.

CHAMAYOU, G. **Teoria do Drone**. Cosac Naify: São Paulo, 2015.

CRARY, J. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu editora, 2016, p.47.

MACAU, **Arte e cultura**. Governo da região administrativa especial de Macau. Imprensa oficial. In: <http://www.io.gov.mo/pt/entities/priv/cat/art>. Acessado em 03 de abril de 2018.

HAN, B. **Psicopolítica: neoliberalismo e novas técnicas de poder**. Lisboa: Relógio D'Água. 2015.

HORKHEIMER, M., ADORNO, T.W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 113.

HULLOT-KENTOR, R. Em que sentido exatamente a Indústria Cultural não mais existe. In: **A Indústria Cultural Hoje**. Durão, F. A., Zuin, A.A.S.; Vaz, A. (org). São Paulo: Boitempo, 2008, p.19.

MAAR, W.L. A produção da sociedade pela Indústria Cultural. In: **Olhar**, ano II, n.3. Maio de 2000. p 84-107.

PERBART, P.P. Capitalismo e niilismo. In: **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: N-1 Edições, 2013. p. 124.

TENDÊNCIAS atuais da indústria cultural chinesa. Disponível em: https://prezi.com/rb2wpfgj_qy_/tendencias-atuais-da-industria-cultural-chinesa/. Acesso em 03 de abril de 2018.

TURKLE, S. How computers change the way we think. In: **The Chronicle of Higher Education**. 2004. [online]. Disponível em http://web.mit.edu/sturkle/www/pdfsforstwebpage/Turkle_how_computers_change_way_we_think.pdf. Acesso em 03 de abril de 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 62, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 88

Alteridade 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 69, 109, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Amor 27, 30, 32, 45, 55, 92, 111, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131

Astronomia 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21

Ateliê Conatus 87

C

Comando 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119

Cotidianos 42, 47, 48, 51, 53, 57, 60, 97

Crianças 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 98

Currículos 42, 47, 48, 51, 53, 54, 57, 60

D

Descobrimento 22

Didática 20, 22, 56

Discurso De Ódio 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

E

Educação 13, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 62, 67, 70, 74, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 151, 153

Errância 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 53, 60

Escrileituras 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94

Esperança 14, 20, 40, 41, 43, 44, 57, 74, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108

Estado 12, 14, 21, 34, 36, 37, 40, 41, 44, 53, 54, 61, 78, 81, 87, 89, 97, 99, 100, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 126, 142, 150

Ética 21, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 50, 51, 92, 94, 95, 96, 106, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 126, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Ético 30, 49, 109, 110, 115, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 131, 137, 138, 139, 140

Existência Humana 11, 13, 17, 18, 79, 123

Experiência 16, 24, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 68, 71, 72, 73, 74, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 98, 132, 133, 136, 139, 140, 147, 148, 149, 151

F

Favela 96, 98

Fenomenologia 83, 84, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Filosofia 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 74, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 102, 106, 109, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 150

Filosofia Com Crianças 34, 37, 39

I

Indústria Cultural 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152

Infância 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 53, 60, 80, 84

Infinito 32, 106, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 130, 135, 137, 138, 139, 140

Interdisciplinaridade 6, 11, 14, 17, 20

J

Justiça 81, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129

L

Lévinas 24, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 140

liberdade 18, 34, 40, 42, 44, 59, 68, 72, 92, 94, 101, 111, 112, 113, 117, 118, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 135, 150

Liberdade 44, 57, 108, 130

M

Medo 18, 24, 27, 28, 29, 31, 32, 56, 60, 65, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 146

N

Novas Mídias 142, 143, 149

O

ONG 7, 96, 98, 99, 100, 105, 106, 107, 108

P

Poesia 57, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

Política 13, 24, 28, 30, 98, 102, 114, 118, 142, 146, 150, 151

S

Subjetividade 25, 28, 29, 49, 61, 82, 83, 85, 96, 113, 114, 116, 117, 119, 121, 122,

123, 124, 125, 130

T

Transcendência 110, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 135, 140

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-683-6

